

CENTRO SOCIAL BEM ESTAR OUCA

Demonstrações Financeiras

31 dezembro de 2025

Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	n.º5	2 032 721,66	2 171 349,77
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimento financeiros	n.º3.2.3	7 769,32	7 769,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes	n.º3.2.5	553 853,02	36 411,94
		2 594 344,00	2 215 531,03
Ativo Corrente			
Inventários	n.º6	3 391,76	3 382,70
Créditos a receber	n.º11.4	78 475,53	71 294,11
Estado e outros entes públicos		24 230,64	14 460,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	n.º11.1	16 149,69	4 667,65
Outros ativos correntes		402 361,28	531 571,82
Caixa e depósitos bancários	n.º11.2	1 726 914,47	1 493 870,55
		2 251 523,37	2 119 247,51
Total do Ativo		4 845 867,37	4 334 778,54

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Períodos		
	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	n.º7	1 991 471,31	1 764 770,40
Subsídios, doações e legados à exploração	n.º11.7	106 285,96	73 621,32
Subsídios de entidades públicas		96 700,41	63 068,81
ISS, IP - Centros Distritais			
Outros apoios			
Outras entidades públicas		96 700,41	63 068,81
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		9 585,55	10 552,51
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	n.º6	-122 255,74	-87 293,98
Fornecimentos e serviços externos	n.º11.8	-247 076,88	-220 819,36
Gastos com pessoal	n.º9	-1 354 802,16	-1 269 667,87
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	n.º11.9	41 662,29	52 579,94
Correções relativas a anos anteriores		581,04	2 332,36
Correções positivas de participações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		581,04	2 332,36
Imputação de subsídios ao investimento		6 150,00	6 150,00
Outros rendimentos		34 931,25	44 097,58
Outros gastos	n.º11.10	-6 335,44	-4 410,90
Correções relativas a anos anteriores		0,00	-672,85
Correções negativas de participações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		0,00	-672,85
Outros gastos		-6 335,44	-3 738,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		408 949,34	308 779,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-82 004,25	-81 479,88
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		326 945,09	227 299,67
Juros e rendimentos similares obtidos	n.º11.11	32 890,76	36 591,98
Juros e gastos similares suportados	n.º11.11	-383,42	-395,77
Resultado antes de impostos		359 452,43	263 495,88
Imposto sobre rendimento do período	n.º8	-265,14	-208,45
Resultado líquido do período		359 187,29	263 287,43

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Bem Estar de Ouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Centro Social Paroquial, com sede em Rua da Igreja 44, Ouca. Tem como atividade principal Apoio Social para pessoas Idosas com alojamento e como secundário atividade de serviços de Apoio à Educação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas com manutenção, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias de valor avultado, que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

3.2.5. Investimentos financeiros

O valor dos Investimentos Financeiros mencionados nesta rubrica é somente o valor dos Fundos Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex fluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A Entidade não possui Empréstimos.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural

A Entidade não usufrui de bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Reflete quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações.

Foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Matérias primas, subsidiárias consumo	2025	2024
Existências iniciais	3 382,70	3 938,35
compras	122 264,80	86 738,33
Regularização		
Existencia Finais	3 391,76	3 382,70
Custo das mercadorias e metérias consumidas	122 255,74	87 293,98

7. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1 991 471,31	1 764 770,40
ISS, IP - Centro Distrital	0,00	0,00
Subsídios doações	106 285,96	73 621,32
Outros rendimentos	41 662,29	55 579,94
Juros	32 890,76	36 591,98
Dividendos		
Total	2 172 310,32	1 930 563,64

8. Imposto sobre o Rendimento

A atividade da IPSS é na sua totalidade isenta de IRC, exceto comissão recebida máquina café.

Taxa aplicado para exercício 20%

Comissões e vendas

= 1325,70€

Irc 265,14€

Em resultado, deixou de existir qualquer obrigação financeira associada às referidas faturas, tendo o respetivo saldo sido regularizado contabilisticamente no exercício de 2025, com impacto nos resultados do período.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
DIFERIMENTOS		
Seguros	14 706,04	4 667,65
Subsídios Exploração	-4 082,30	-1 666,00
Outros	1 443,65	
Total	12 067,39	3 001,65

11.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	3 122,99	2 126,45
Depósitos à ordem	206 316,88	51 894,11
Depósitos a prazo	1 517 474,61	1 439 849,99
Outros		
Total	1 726 914,48	1 493 870,55

11.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				16,76
Cauções				
Outras operações				
Acréscimos rendimentos				
Fornecedores de Investimentos		38740,9		
Credores por acréscimo de gastos		180903,7		179405,8
Gastos pessoal		180903,7		179405,8
condominio				
Outros credores		37441,12		43667,31
Total		257085,72		223089,87

11.7. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios ISS		
Outros Subsídios		
Outras entidades Publicas	96 700,41	63 068,81
Sub de outras entdades		
Doações	9 585,55	10 552,51
Legados		
Total	106 285,96	73 621,32

11.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

11.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	383,42	395,77
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	383,42	395,77
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	32 890,76	36 591,98
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	32 890,76	36 591,98
Resultados financeiros	32 507,34	36 196,21

11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Após 31 de dezembro de 2025 e até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não ocorreram acontecimentos suscetíveis de alterar materialmente a posição financeira, os resultados ou a continuidade das operações da Instituição, para além dos divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

Contudo, importa referir que a Instituição continua a acompanhar com particular atenção a evolução dos custos associados à atividade, nomeadamente ao nível dos gastos com pessoal, energia, alimentação e serviços especializados, os quais têm vindo a pressionar a sustentabilidade financeira do setor social.

Durante o exercício de 2026, a Instituição continuará igualmente a desenvolver os projetos de requalificação e modernização das respostas sociais, alguns dos quais financiados por programas de apoio público, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mantendo o acompanhamento regular da respetiva execução financeira e operacional.

Ouca, 17 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Direção